

Cúpula do G20 e a projeção internacional do Brasil

» ROBERTO GOULART MENEZES

Professor-associado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB) e coordenador do Grupo de Reflexão G20 no Brasil

A realização da Cúpula do G20 Financeiro no Rio de Janeiro, nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, será, sem dúvida alguma, o principal evento da política externa do país neste ano. Com o lema “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, sob a presidência brasileira, três eixos foram priorizados: combate à fome, pobreza e desigualdade; emergência climática e a reforma da governança global.

O sistema que orienta a organização do G20 é o da tróica: o país que antecedeu à atual presidência (a Índia, em 2023) e aquele que sucederá (a África do Sul, em 2025) participam ativamente da agenda organizada pelo Brasil. Por esse instrumento, o país-sede sempre tem uma autonomia relativa e deve dar continuidade às discussões anteriores. Os três países são integrantes do Brics, isso fortalece a possibilidade de elaborarem pautas conjuntas que toquem em interesses comuns dessa coalizão.

Embora o G20 tenha como foco principal temas relacionados à economia e finanças globais, o fato é que a geopolítica permeia sua agenda. A guerra na Ucrânia e a na Faixa de Gaza, por exemplo, farão parte dos debates dos chefes de Estado e de governo. Do mesmo modo, a instabilidade no Oriente Médio, a crescente hostilidade entre o Irã e Israel e o risco de a guerra se alastrar para outras partes da região devem mobilizar a agenda dos líderes do G20. Assim, ainda que não haja consenso a respeito do que deve constar da declaração que costuma ser publicada ao fim de cada cúpula do G20, os temas centrais da geopolítica global farão parte da agenda de discussões das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia e a União Africana (que estreia como membro do grupo neste ano).

Para o Brasil, a cúpula representa uma oportunidade para projetar sua política externa e reafirmar a necessidade de reformar a governança global com poder de decisão, como o Conselho de Segurança da ONU ou o Fundo Monetário Internacional (FMI). O G20 funciona como um espaço de diplomacia para angariar apoios nesse sentido, mas há disputas com outras forças que pretendem manter o status quo, como a União Europeia e os Estados Unidos.

Sem dúvida, a proposta de criação da Aliança Global contra a Fome deve ser o principal legado da presidência brasileira à frente do G20. A dura realidade dos 733 milhões de pessoas que padecem de fome em um mundo de abundância segue sendo um dos paradoxos da realidade internacional.

Outro tema central é a emergência climática. Como país-sede da COP30, que será realizada ano que vem, em Belém, o Brasil tenta convencer os demais membros do grupo a respeito da importância de destravar ou criar mecanismos de financiamento para reverter a degradação



da Amazônia. Porém, com a eleição de Donald Trump, a governança do clima sofrerá forte oposição. Aliás, a sua vitória tira parte do brilho da Cúpula do G20, considerando que os compromissos firmados podem ficar apenas no papel, pois Trump deve retomar com carga total seus ataques ao multilateralismo e, com isso, o próprio G20 como principal fórum dos temas econômicos e financeiros pode perder força.

Embora o Brasil tenha priorizado o combate à pobreza e às desigualdades na agenda da cúpula, infelizmente, em razão do aumento da polarização mundial, esse eixo não deve prosperar como o desejável. A edição atual da *Revista de Geopolítica*, publicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), assim

como outras publicações acadêmicas recentes, discute as possibilidades e os limites da agenda proposta pelo Brasil e os principais desafios e entraves representados pela geopolítica global.

De todo modo, ao receber no Rio de Janeiro os países membros do G20, organizações multilaterais e os países convidados, o Brasil tem a oportunidade de reafirmar o papel dos países do Sul global na construção de uma outra ordem internacional, no qual não prevaleça a resignação diante da crise climática, da pobreza e das desigualdades. Oxalá os chefes de Estado e de governo reunidos no Rio de Janeiro ouçam e levem a sério as propostas e recomendações feitas pela sociedade civil, que estará presente na Cúpula dos Povos Frente ao G20.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Quando não há necessidade de curriculum

Na república distópica em que prosseguimos metidos, não estranha a bizarrice de assistirmos a pessoas situadas nos mais altos postos da administração pública sem qualquer expertise para essa função. Uma leitura no curriculum de alguns desses próceres mostra que ainda estamos muito longe de um modelo ideal de gestão do Estado. Pior, continuamos a andar em círculos, repetindo erros e atrasando nosso encontro com a modernidade.

Sobre esse assunto, há um material rico que todo gestor público precisa conhecer: *O (des)alinhamento das agendas política e burocrática no Senado: uma análise à luz da teoria da agência, sob o ponto de vista do agente*, de Luiz Eduardo da Silva Tostes. Uma contribuição inestimável para a administração pública. Nos últimos anos, o Senado tem feito uma reformulação administrativa que tem ajustado a Casa com mais transparência, economia e produtividade.

Levantamento feito no ministério do atual governo mostra que mais da metade dos ministros não tem qualificação ou formação acadêmica ou técnica necessária para exercer a contento os desafios de cada pasta. Dos 23 cargos de primeiro escalão, 11 foram ocupados por ministros sem a qualificação que seria necessária.

Muitos afirmam que o loteamento de altos postos da administração pública com base apenas no apoio político, dentro do modelo de presidencialismo de coalizão, não tem grande importância, já que são os técnicos de carreira, como os secretários-executivos, que cuidam das pastas, cabendo aos ministros apenas as negociações políticas. Mas não é bem assim. O fato que demonstra que esse modelo é ruim para o país pode ser comprovado com a descontinuidade dos projetos, mesmo aqueles em que foram despendidos bilhões de reais.

Por outro lado, acabam atrelando e centralizando as decisões mais importantes e urgentes ao próprio presidente da República, dificultando avanços necessários. Mesmo considerando o valor da política para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, o que os países desenvolvidos têm demonstrado na prática é que a própria sobrevivência da democracia hoje está a exigir a reformulação das gestões governamentais, principalmente criando plataformas em que os pagadores de impostos possam acompanhar onde os recursos estão sendo aplicados, disciplinando o Estado, reavaliando suas atribuições e qualificando a prestação de serviços nas áreas de educação, infraestrutura e saúde. Principalmente agora em que se assiste ao envelhecimento crescente da população. São novos paradigmas a exigir novas posturas, a começar pela qualidade acadêmica do pessoal designado para altos postos.

» A frase que foi pronunciada

“Um grande estado não pode ser governado com base nas opiniões de um partido.”

Otto von Bismarck

Tratamento

» Em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, 90 unidades de saúde auxiliam a população mais velha a parar de fumar. Brasília poderia adotar a mesma iniciativa. A coragem de enfrentar a indústria do tabagismo pelo ex-senador José Serra já deu resultado para as novas gerações, que mal conhecem o cigarro.

CMJ

» São 104 anos de Circunscrições Judiciárias Militares no Brasil. A implantação foi uma das primeiras medidas adotadas pelo príncipe regente D. João, tão logo chegou ao Brasil. Sem holofotes, continuam com importante contribuição ao país.

» História de Brasília

Uma demonstração dos serviços públicos em Brasília ocorreu um dia na Praça Municipal. Um carro bateu num poste, derrubando-o. Duas horas depois, um poste novo estava colocado no lugar, com a luminária funcionando. (Publicada em 21/4/1962)

Mudanças climáticas e as metas para os próximos 10 anos

» RAFAEL AMARAL SHAYANI

Doutor em engenharia elétrica-energia solar fotovoltaica, professor de engenharia e mudanças climáticas da Universidade de Brasília (UnB)

Apesar de parecer que as nações estão avançando no diálogo sobre as mudanças climáticas, as ações estão, praticamente, estagnadas por conta de velhos paradigmas utilizados pelos governantes. A prática de definir metas a serem alcançadas somente daqui a 10 anos pode parecer algo positivo, mas serve apenas para reduzir a urgência do momento.

As mudanças climáticas foram negadas por muito tempo e, quando a ciência previa que o aquecimento global afetaria drasticamente a forma como vivemos, os governantes sempre consideraram que este é um problema para as gerações futuras — logo, as ações de curto prazo podem esperar. Entretanto, a mudança climática bateu à porta do planeta e entrou sem demora. Os eventos climáticos extremos estão cada vez mais comuns, causando danos tanto materiais quanto tirando a vida das pessoas atingidas.

Apesar disso, os países insistem em continuar com a visão de que somente ações a serem estabelecidas a longo prazo são suficientes. O financiamento climático, foco principal da COP29, foi concebido em 2009 durante a COP15, realizada em Copenhague, para ser iniciado 10 anos depois, o que não aconteceu e até hoje gera debate. As metas de zerar o desmatamento no Brasil feitas na COP27 (em 2022, no Egito, pelo então presidente eleito Lula) são para serem atingidas somente em 2030.

É muito confortável apresentar metas vagas de emissões nulas para 2050, data em que a maioria dos políticos já estará aposentada e não mais responderá pelos resultados

prometidos. O próprio Brasil está falhando em alcançar as metas de redução de emissão de gases de efeito estufa para 2025, que foram prometidas 10 anos atrás, no Acordo de Paris. De modo alheio ao processo, o Brasil apresentou na COP29 novas metas, ainda mais ousadas, de redução de 67% das emissões para 2035 (daqui 10 anos).

Há um aspecto da emissão de gases de efeito estufa que é extremamente sério, mas parece não ter causado ainda o impacto necessário. Mesmo que as metas de emissões zero para 2050 sejam atingidas (mas que não há indicação atual de que realmente serão alcançadas), os eventos climáticos extremos irão piorar ano após ano até 2050. Uma vez que, mesmo com emissão menor, o mundo continuará a liberar gases de efeito estufa na atmosfera, aumentando a temperatura média do planeta. Isso requer ações imediatas para redução drástica das emissões, e não promessas para daqui a 10 anos.

Outro aspecto que neutraliza o poder de ação de muitos países, inclusive o Brasil, é a tradicional visão de que a redução das emissões impactará o crescimento econômico, algo indesejado por todos os governos. No discurso, todos são favoráveis à reutilização de produtos e reciclagem, mas, na prática, o estímulo é para a sociedade aumentar o consumo para gerar crescimento econômico e empregos. Se as pessoas reusarem e reciclarem mais, vão comprar menos e podem desaquecer a economia, um dos motivos pelo qual as metas não são, de fato, estimuladas pelos governos.

Não é suficiente apenas discutir sobre o financiamento climático. O modo de vida atual exige do planeta mais do que ele é capaz de regenerar. Não adianta apostar apenas na tecnologia, que, com sistemas de energia limpa, todo o problema se resolverá se não houver uma mudança de mentalidade da população. O consumismo desenfreado precisa dar lugar à moderação, no qual uma sociedade mais cooperativa consumirá menos, gerará menos resíduos e novos mercados serão criados, especialmente de reciclagem, fazendo com que a economia circular gere novos empregos.

Mudança climática se combate com cidadania mundial. Enquanto o Brasil continuar comparando suas emissões com as da China e as dos Estados Unidos, sempre achará uma justificativa para não tomar as medidas necessárias. É como se um aluno tirasse três em uma prova que vale 10 e ficasse se gabando de ter ido melhor que os alunos que tiraram um na mesma prova.

Mas nem tudo é negativo. As mudanças climáticas geraram um ambiente propício para que as nações pudessem se reunir, ano após ano, e pensar na Terra como um só país, e os seres humanos seus cidadãos. Esse tremendo desafio climático que temos à nossa frente fez com que o mundo desse um passo adiante em direção à unidade mundial, essencial para tratar de diversas outras mazelas globais, tais como a fome e a miséria. Essa é a oportunidade que se afigura para os governantes: repensar o mundo para promover justiça, paz e unidade.